

**LÍNGUA PORTUGUESA: SYNTAXE E CONSTRUÇÃO DA LINGUA
PORTUGUEZA, DE THOMAS DA SILVA BRANDÃO,
EM UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA**

**Sônia Maria Nogueira – IP-PUC/SP – UEMA
Wemylla dos Santos de Jesus – UEMA**

Resumo: Essa pesquisa reflete sobre o processo de ensino da Língua Portuguesa, no Brasil, na segunda metade do século XIX. Buscamos traçar o percurso historiográfico no ensino, tomando como *corpus* a obra de estudo *Syntaxe e construção da Língua Portuguesa*, de Thomas da Silva Brandão (1888). Nessa perspectiva, embasamos nosso estudo em Historiografia Linguística, especificamente, com Köener (1996), partindo dos seus três princípios: *contextualização*, *imanência* e *adequação*. A presente pesquisa encontra-se em seu estágio inicial.

Palavras-chave: Língua Portuguesa, Historiografia Linguística, ensino.

1. Perspectivas iniciais

Esta pesquisa surgiu da necessidade de fazer uma reflexão sobre o ensino de Língua Portuguesa, no Brasil, segunda metade do século XIX. Para tanto, tomamos como *corpus* a obra de estudos *Syntaxe e construção da Língua Portuguesa*, de Thomaz da Silva Brandão (1888), traçando o percurso historiográfico no ensino da Língua Portuguesa. Embasamos nosso estudo em Historiografia Linguística, seguindo, particularmente, os três princípios de Köener (1996): o da *contextualização*, *imanência* e *adequação*. Assim sendo, para a *adequação*, adotaremos a obra de estudos *Novas Lições de Análise Sintática*¹, de Adriano da Gama Kury (1985), em virtude de contribuir com o ensino de Língua Portuguesa.

O estudo pretende selecionar, ordenar e reconstruir o conhecimento linguístico, baseado na interpretação crítica do processo dessa produção, contextualizada do ponto de vista histórico, social e cultural. Convém ressaltar que, para a análise das obras, abordaremos três aspectos, a saber: **Prefácio**, **Organização** e **Função do Advérbio**. Buscaremos verificar o estudo da sintaxe do século XIX na obra de Brandão (1888), em especial, a Função do Advérbio, suas abordagens e concepções sobre esse assunto, a metodologia aplicada, bem como seu interesse ao produzir a obra

Por conseguinte, o percurso historiográfico linguístico do Brasil ajuda-nos a definir o problema desta pesquisa: Como se deu o estudo da sintaxe ao processo de implementação da Língua Portuguesa do século XIX? Apontamos que há escassez de material em estudo de sintaxe, com perspectiva historiográfica, e isso nos direcionou à escolha do *corpus*. Esta pesquisa pretende contribuir, além de suscitar reflexões sobre o ensino de sintaxe da Língua Portuguesa no Brasil, particularmente, no Maranhão.

Assim sendo, o objetivo geral do nosso trabalho é contribuir com o estudo da sintaxe da Língua Portuguesa, em uma perspectiva Historiográfica e os objetivos específicos tratam de: pesquisar bibliografia acerca da fundamentação teórica; selecionar material teórico; analisar o estudo da sintaxe da Língua Portuguesa, em uma perspectiva historiográfica; apresentar discussões teóricas acerca da sintaxe da Língua

¹ A obra *Novas Lições de Análise Sintática* utilizada por nós é a 8ª edição, de 1999.

Portuguesa e propor metodologias para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental.

2. Percurso Historiográfico

A Historiografia Linguística (HL) nasceu na França, estabelecida como disciplina, está vinculada aos estudos históricos, cuja necessidade parte da reconstrução em concordar ou discordar do conhecimento linguístico em um contexto histórico social e cultural. Desse modo, a HL torna-se fundamental ao esclarecimento da Língua Portuguesa, uma vez que serviram como base às informações gramaticais que temos hoje, levando em consideração todo esse percurso histórico, por isso, não podem ser desprezadas aos pesquisadores da própria língua. Vale ressaltar também que a gramática tem se modificado, no decorrer do tempo, fator esse relevante, visto que a língua está sempre em processo de transformação.

Para o melhor entendimento de Historiografia, convém ser ressaltada as diferenças entre memória, história e historiografia. A primeira está relacionada às lembranças de cada indivíduo, paralelamente, a memória é individual, mas, passa a ser coletiva quando fatos ocorridos são narrados por meio da conversa (oralidade) entre indivíduos. A segunda é a narração dos acontecimentos no decorrer do tempo, entrelaçando o presente com o passado; o homem é o seu objeto de estudo. E a última, que focamos a nossa pesquisa, tem como objetivo o registro desses acontecimentos sem a preocupação de indagá-los.

Faz-se necessário salientar a contribuição significativa de Lucien Febvre e Marc Bloch à historiografia “[...] no início do século XX, com a fundação da revista *Annales*, cujo objetivo maior era o de promover um novo tipo de história e, certamente, de historiografia”, afirmam Bastos; Palma (2004, p. 16). Nessa perspectiva, a disciplina HL surge como alternativa de trabalho sobre a história do conhecimento linguístico, em virtude de complementar o modelo tradicional de História da Linguística. Desse modo, os objetivos práticos tratam da organização e sistematização do material documental, fonte básica para o trabalho do historiógrafo. Além disso, os objetivos teóricos abordam os estudos e proposições de mecanismos adequados à descrição dos processos definidores da produção de conhecimento linguístico no Brasil. (NOGUEIRA, 2005, p. 24).

A Historiografia Linguística (HL) está ligada aos estudos históricos e, de acordo Bastos; Palma (2004, p.10), “[...] é o modo de escrever a história do saber linguístico, tendo como objetivo descrever/explicar como se desenvolveu tal saber em um determinado contexto”. Nesse sentido, a HL vai além de analisar um escrito acabado em um determinado tempo.

Em virtude do nosso interesse de estudo encontrar-se na Historiografia Linguística, baseamos nosso estudo nos três princípios de Köener: *Contextualização*, *Imanência* e *Adequação*. Desse modo, saímos do fator histórico linguístico; centrando-nos no princípio científico, assim sendo, a HL passa a ser vista como uma disciplina. O 1º princípio, de *contextualização*, trata do espírito de opinião, uma vez que aborda os aspectos intelectuais, sócio-econômica, política e cultural; o 2º princípio, de *imanência*, esforça-se em estabelecer um entendimento total tanto histórico quanto crítico, se necessário filológico, do texto em apreciação e o 3º princípio, de *adequação*, faz aproximações modernas do vocabulário técnico do trabalho em estudo.

Acrescenta-se a Gramaticografia como complementação da Historiografia Linguística. Desse modo, a Gramaticografia foi essencial ao registro do ensino

gramatical relacionado à lição textual e expressões estilísticas – gramática renascentista, valorizando especificamente a língua escrita, que antes do século XVI, não era dicionarizada à sociedade; baseada exclusivamente no latim, já que esse período rompe com as línguas passadas grega e hebraica, da Idade Média. No século XVI a gramaticografia teve seu momento mais relevante: primeiros textos vernáculos latino-portuguesa, bem como a publicação das primeiras gramáticas da Língua Portuguesa – em 1572, a gramática de Manoel Álvares. Outros gramáticos também merecem destaque: Fernão de Oliveira, João de Barros, André Resende e Jerônimo Cardoso. O último merece destaque pelos seus dicionários, onde opta por uma escrita vernacular – produzindo o primeiro texto sistemático ao confronto do latim estudado, teorizando-se da língua portuguesa.

Tratar da Historiografia Linguística e da Gramaticografia torna-se fundamental ao esclarecimento da Língua Portuguesa, uma vez que serviram como base às informações gramaticais que temos hoje, levando em consideração todo esse percurso histórico, por isso, não podem ser desprezadas aos pesquisadores da própria língua.

3. Ensino gramatical: contextualização

Para entendermos melhor o ensino da Língua Portuguesa, faz-se necessário fazer uma abordagem da Educação no Brasil, levando em consideração os fatores históricos, políticos, econômicos e culturais. No que diz respeito à educação, a década de 1850 é considerada como uma época frutífera, porém, com certas restrições, na maioria, ao município da Corte, por causa da força da lei em vigor. Sobre as realizações, descreve Ribeiro (2000, p. 54-55):

As realizações a que se refere são: criação da Inspeção Geral da Instrução Primária e secundária do município da Corte, destinada a fiscalizar e orientar o ensino público e particular (1854); estabelecendo das normas para o exercício da liberdade de ensino e de um sistema de preparação do professor primário (1854); reformulação dos estatutos do Colégio de Preparatórios, tomando-se por base programas e livros adotados na escolas oficiais (1854); reformulação dos estatutos da Academia de Belas Artes (1855); reorganização do Conservatório de Música e reformulação dos estatutos da Aula de Comércio da Corte. (RIBEIRO, 2000, p. 54-55).

Nesse aspecto, ainda, continuam as reclamações quanto ao mau preparo dos alunos, provando que as medidas tomadas pelo governo não foram tão eficazes, pois faltou uma política educacional para tomar as decisões escolares necessárias, um plano nacional de fiscalizações das escolas primárias e secundárias. Convém destacar que a instrução primária continuou composta de aulas de leitura, escrita e cálculo, segundo Ribeiro (2000, p. 57). Assim sendo, aproximadamente, um décimo da população tinha o domínio desses conhecimentos, não se sabe o número exato, devido à falta de estatística educacional.

Na terceira década do século XIX, iniciou a organização das escolas normais que trouxe pouca melhora devido à insuficiência de cursos, por estarem em nível secundário. Segundo Ribeiro (2000, p. 57) só em São Paulo, no ano de 1880, os cursos passaram por instabilidade no período de três anos, isso se deu por alguns motivos, a saber: por serem à noite, tinham poucas aulas práticas; pela falta de garantia de profissionalização e pelo mau preparo dos professores. Em vista disso, o autor acrescenta que “a escola aberta em São Paulo, em 1846, fecha em 1867, reabre em 1876, vindo a fechar novamente em 1877, em 1880 reabre”. Enfatiza-se que é criada a primeira escola oficial no Rio de Janeiro nesse mesmo ano.

A escola secundária, pela falta de organização, se caracterizou pelo grande número de alunos do sexo masculino, pela predominância literária, pela aplicação de métodos tradicionais e pela iniciativa privada, segundo Ribeiro (2000, p. 57-58). Destaca-se que a desorganização aconteceu pela omissão de tarefa do governo central, que manteve os cursos preparatórios e os exames parcelados ao ingresso no curso superior. Como se não bastasse, cancelou outra medida, que “foi a criação (1937) e a inauguração (1838) do colégio Pedro II”, considerado modelo de ensino. Diante disso, as tarefas são trocadas, o colégio Pedro II termina se submetendo a um curso preparatório na Reforma José Bento da Cunha Figueiredo, na segunda metade do século XIX (1876-1878), em que ocorreu a concentração dos estudos exigidos nos exames ao superior dentro das cinco primeiras séries e começou a aceitar matrícula por disciplina.

O interesse de ingressar nas escolas, em 1959, é predominante pela classe média, pressionando a abertura de escola. Porquanto, o principal objetivo era, especificamente, o preparo intelectual, pois representava a oportunidade de ascensão social. Salienta-se que os poucos alunos que conseguiam se matricular nos colégios, nos liceus, só tinham o intuito de entrar no curso superior, seja qual fosse sua origem social, sendo média ou alta. A partir dessa consideração, declara Ribeiro (2000, p. 59) que o ocorrido no Colégio Pedro II, em 1859, mostra a preocupação dos alunos em “funcionar, pela primeira vez, a 5ª série especial, que conferiria um certificado a quem não quisesse continuar os estudos e sim completar sua formação de grau médio”. Consequentemente, nenhum aluno se matriculou dessa maneira, todos entravam ao primeiro dos três anos seguintes, para terem condições de adentrarem na faculdade. É de grande importância ressaltar que o ensino secundário brasileiro, esclarece Ribeiro (2000, p. 60), “[...] não conseguia conciliar o preparo para o curso superior com uma formação a nível médio, mesmo atendendo a tão reduzido número”. Além disso, diz que “as condições do meio determinavam uma única função – preparo para o superior”.

Quanto à influência econômica ao fator intelectual, torna-se relevante considerarmos que houve um progresso de capitais com o término do tráfico de escravos em 1850 e a solução cafeeira, consoante, a sociedade brasileira passar por uma época de grandes mudanças. Nessa perspectiva, percebemos certo crescimento significativo nas atividades industriais. Consoante, esse crescimento vai influenciar a outros aspectos, especialmente, o intelectual, esclarece Reis Filho (1974, p.1). Esse desenvolvimento acelerado deu-se pelo processo de modernização da sociedade. Dessa forma, além de ter um crescimento econômico, surgia, também, o consumo das “novas ideias”. Com base nisso, em 1868, ocorre o manifesto liberal, início de um enorme movimento que vai marcar o final e o início da República. Partindo disso, liberais e cientistas começam a estabelecer pontos comuns, a saber: separação da Igreja do Estado, abolição dos privilégios aristocráticos e da escravidão, liberdade à mulher para exercer seu papel de esposa e mãe, crença na educação e instituição do casamento e registro civil. Enfatiza-se que essa tal modernização deu-se pela mudança da base da sociedade exportadora brasileira de rural-agrícola para urbano-comercial.

A organização da escola não se deu, apenas, pelas críticas dadas à sua ineficácia, mas também, pela decretação de reforma. Prova disso é a reforma de Leôncio de Carvalho em 19 de abril de 1879, não obstante, alguns de seus princípios ficaram dependendo da aprovação do Legislativo, que acabaram não acontecendo, mesmo assim, poucas foram aprovadas, explica Ribeiro (2000, p. 67). Como consequência disso, a Reforma Leôncio de Carvalho foi de suma importância ao desenvolvimento educacional. Enfatiza-se, também, que no final do século XIX, houve “o aparecimento do ensino feminino em nível secundário, como resultado da iniciativa particular”, de acordo com Ribeiro (2000, p.67).

Segundo Ribeiro (2000, p.71-70), o crescimento da classe média e sua participação nas questões públicas (por meio dos serviços intelectuais, religiosos e militares no Estado) influenciaram a proclamação da República em 1889. Isso se deu, também, por meio do grande apoio da camada do café e com a omissão da grande parte da população. É por esse motivo que se instala a organização escolar da Primeira República, pela Constituição em 1891. Porquanto, apesar do crescimento e descontentamento da camada média, essa classe não tinha força suficiente para modificar o regime político, e isso explica o porquê do regime não se tornar um setor relevante à população no final do século XIX. Em relação à política, existiam várias divergências, sendo marcadas no período até 1894 como o período da “Crise da República”. Nesse sentido, diz Ribeiro (2000, p. 72) que “o Governo de Floriano Peixoto (1891-1894), que passa para a História como o “Marechal de Ferro”, retrata esta situação”. Porquanto, aconteceu, nesse período, uma tentativa de mudança na área econômica e na escolar.

Convém mencionar, também, a influência positivista à educação nacional, por causa das transformações políticas. Em vista disso, o positivismo tentava fixar ideias por meio da educação escolarizada, que foi decretada em 1890 e colocada com a Reforma Benjamin Constant (1891). Em relação à Reforma, explica Ribeiro (2000, p. 73) que “tinha como objetivo orientar a liberdade e laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária”. Com base nisso, a escola primária era organizada em duas categorias a de 1º e 2º grau para crianças de 7 a 13 anos e de 2º grau para crianças de 13 a 15 anos. Além disso, foi criado o *exame de madureza*, que verificava se o aluno tinha a capacidade intelectual necessária ao término do curso, de tal forma que a partir do 3º ano, se introduzia tempo para a revisão de matemática e, no 7º ano, se ocuparia a maior parte do tempo para tal finalidade. Outro objetivo educacional, de acordo com Ribeiro (2000, p.73), era romper com a tradição humanista clássica, que prevalecia no ensino brasileiro. Diante disso, a predominância literária deveria ser substituída pela científica (matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral), de acordo com a ordenação positivista.

Destaca-se que essa decisão foi alvo de grandes críticas, por não ter seguido o modelo de Comte, representante máximo da corrente positivista, por isso, os próprios positivistas tiveram restrições quanto à Reforma, uma vez que abordou mais a de Benjamin Constant. Desse modo, quanto às matérias, foram acrescentadas científicas às tradicionais, formando o ensino enciclopédico. Em virtude disso, em 1893, ocorreu uma modificação que visava uma proporção mais justa nas distribuições das matérias do Ginásio Nacional, com o aumento da matéria Literária. Diante do exposto, o Brasil passou por grandes transformações políticas, socioeconômicas e filosóficas. Com base nisso, esses fatores influenciaram a educação brasileira por meio de Leis e Reformas, algumas tiveram suas eficácias, outras, não.

Perspectivas finais

A *Syntaxe e construção da Língua Portuguesa*, de Thomaz da Silva Brandão (1888), e a *Novas Lições de Análise Sintática*, de Adriano da Gama Kury (1999), são obras importantes ao estudo da sintaxe da Língua Portuguesa, especificamente, da Função do Advérbio, uma vez que abordam a tradição, porém, optam pela inovação em suas obras.

Convém esclarecer que selecionamos a obra de Brandão (1888) com o intuito de voltarmos ao ensino da sintaxe, na segunda metade do século XIX. Vale

salientar, por um lado, que, por não existir um sistema ortográfico oficial, o autor faz uso da ortografia mista, denominada *usual*. Por outro lado, há uma mistura da morfologia com a sintaxe, especificamente, sobre a Função do Advérbio, em que centramos a nossa pesquisa. De tal modo que Brandão (1888) trata do Advérbio sintaticamente, embora, não faça uso da nomenclatura, porém, possui a mesma função do Advérbio. Dessa forma, o estudo gramatical é complexo, e, isso explica a opinião diversificada de estudiosos sobre a classificação dos verbos em relação à sua predicação. Por isso, as ideias acabam sendo divergentes.

Assim sendo, a Linguística, juntamente, com suas indagações, tem contribuído de forma extraordinária ao estudo gramatical em todos os aspectos (fonéticos – fonológicos, morfossintático e léxico). Com base nisso, esta pesquisa abrange algumas concepções concernentes à Função do Advérbio. Diante dos fatos mencionados, a nossa pesquisa tem suma relevância em uma abordagem historiográfica da Língua Portuguesa, tendo em vista contribuir com o ensino da sintaxe da Língua Portuguesa no Brasil. Além de ocasionar reflexões acerca do estudo gramatical, abrangendo, dessa forma, o conhecimento linguístico.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, N. B., PALMA, D. V.(org.). **História Entrelaçada: a construção de Gramática e o ensino de Língua Portuguesa do século XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BRANDÃO, T. da S. **Syntaxe e Construção da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Typ. De Antonio José Gomes Brandão, 1888.
- KÖERNER, E.F.K. “Questões que persistem em Historiografia Linguística.”. Trad. de Cristina Altma [orig. inglês “Persistent Issues in Linguistic Historiography” Professing Linguistic Historiography. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995]
- ANPOLL. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística** 2. 1996.p.45-70.
- KURY, A. da G. **Novas Lições de Análise Sintática**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- NOGUEIRA, S. M. **Língua Portuguesa no Maranhão do século XIX sob o enfoque historiográfico**. São Paulo: PUC/SP, 2005. Dissertação de Mestrado.
- REIS FILHO, C dos. **Modernização da cultura brasileira**. São Paulo: PUC-SP (distribuição interna), 1974.